



**I CONGRESSO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG**

14 a 16 de outubro de 2014
Local: Câmpus – Pirenópolis



EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: COTIDIANO CAMPONÊS, CALENDÁRIO ESCOLAR E ESTRUTURA CURRICULAR

Érica Miranda de Moraes

Bolsista PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

Marcelo Reis da Silva Santos

Bolsista PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

Neuza Aparecida de Souza

Bolsista PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

Roberto Pereira de Souza

Bolsista PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

Rogério Luis Galdino Matos

Bolsista PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

Rosângela Ramos Lemes

Bolsista PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

Auristela Afonso da Costa

Colaboradora PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

Luis dos Santos Neia

Professor Supervisor PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Coordenador de Área PIBID/Subprojeto Geografia
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado das atividades e reflexões desenvolvidas no âmbito do Subprojeto de Geografia, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), na Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Goiás, tendo como Pirenópolis – Goiás – Brasil

14 a 16 de outubro de 2014

área de atuação a Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, situada no Projeto de Assentamento Rural União do Buriti, no município de Goiás/GO. O foco das ações e discussões levadas a cabo pelos participantes deste projeto é, portanto, a Educação do Campo, considerando para isto a perspectiva político-pedagógica e, principalmente, as práticas curriculares e de ensino em sua relação com a realidade camponesa local e regional.

A educação no campo brasileiro não foi, historicamente, foco de políticas públicas consistentes, que tivessem intenção de transformar a realidade camponesa ou construir um projeto de campo socialmente justo. As políticas de educação visualizaram a educação rural, especialmente na última metade de século, estritamente como forma de viabilizar a capacitação técnica de trabalhadores para servir à agricultura “moderna”, consolidada a partir da década de 1960 com a Revolução Verde e transmutada em Agronegócio nas últimas duas décadas.

A partir de meados dos anos 1980, contudo, com a luta pela terra dos Movimentos Sociais no Campo, outras questões referentes aos problemas vivenciados no campo vêm sendo debatidos solidamente. Juntamente com as conquistas alcançadas na territorialização de milhares de camponeses em Assentamentos Rurais espalhados em todo o país, ocorreram também, destacadamente após a década de 1990, conquistas relacionadas à proposta de construção de um processo educativo mais justo para as populações camponesas. A institucionalização do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, e do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), criado em 2012, exemplificam tais conquistas.

No município de Goiás, especificamente, a luta pela terra gerou, desde meados da década de 1980, 23 Projetos de Assentamento Rural, com a alocação de mais de 700 famílias camponesas. Este processo possibilitou, ainda que superficialmente, uma reorganização no espaço agrário municipal, assim como, nas relações socioeconômicas e culturais. No mesmo sentido, a luta camponesa permeou a demanda por uma educação de qualidade e mais conectada com a “nova” realidade do campo. Uma conquista inicial dos movimentos sociais foi a criação da Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO) na década de 1990. Esta escola, que tem a Pedagogia da Alternância¹ como principal parâmetro educacional, representou um marco inicial na forma de pensar as escolas situadas no campo.

¹ A Pedagogia da Alternância tem como base o ensino em sala de aula (Tempo Escola) conectado com atividades a serem desenvolvidas pelos alunos em suas comunidades (Tempo Comunidade). No caso da EFAGO, os alunos permanecem integralmente na escola por um período de 15 dias e em suas comunidades durante os demais 15 dias de cada mês, quando desenvolver projetos relacionados às atividades pedagógicas desenvolvidas no tempo escola.



**I CONGRESSO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG**
14 a 16 de outubro de 2014
Local: Câmpus – Pirenópolis



Além da EFAGO foram organizadas, a partir de escolas fragmentadas no território municipal, quatro escolas polo, a saber, Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, Escola Municipal Holanda, Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha e Escola Municipal Vale do Amanhecer. Com exceção da última, as demais estão situadas nas regiões de abrangência dos assentamentos rurais. Embora o público majoritário destas escolas seja de camponeses assentados, pouco foi, nos últimos anos, modificado na melhoria de infraestrutura, na estrutura curricular e nas práticas pedagógicas no sentido de pensar uma educação mais coerente com a realidade local e regional cotidianamente vivenciada.

A partir deste problema, crônico na realidade escolar brasileira e, especificamente no município de Goiás, é que as atividades do Subprojeto de Geografia do PIBID, do Campus Goiás da UEG, foram desenvolvidas. Tendo como foco o processo de ensino-aprendizagem de Geografia, assim como a formação dos acadêmicos de Geografia, realizamos atividades direcionadas à reflexão da prática de ensino e da estrutura curricular da Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima. Porém não deixamos de pensar as relações entre estes instrumentos e a realidade camponesa local e regional, seja no âmbito político, social, econômico, cultural ou ambiental. Os objetivos construídos para tal seguem no próximo item.

OBJETIVOS

O presente texto tem como objetivo geral apresentar as ações e reflexões desenvolvidas no âmbito do Subprojeto de Geografia, da Universidade Estadual de Goiás/Campus Goiás, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido na Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, no município de Goiás/GO, entre 2013 e 2014. Especificamente, tivemos como objetivos, ainda, discutir a inserção dos acadêmicos de geografia nas escolas do campo, analisar participativamente (com professores e alunos) os materiais didático/pedagógicos e as práticas de ensino utilizadas na escola do campo em questão, debater as questões que relacionam o cotidiano escolar e aquele das comunidades locais, nas quais vivem os estudantes.

Pirenópolis – Goiás – Brasil

14 a 16 de outubro de 2014

METODOLOGIA

Metodologicamente, a proposta é de construir a discussão baseada na pesquisa ação, pois, além do aprendizado dos alunos quanto ao cotidiano da escola no/do campo, acreditamos ser necessário que o ensino seja visualizado de forma conecta com a pesquisa e a extensão. Esperamos, com isto, dar continuidade nas discussões e ações sobre a valorização do ensino nas escolas no/do campo e, conseqüentemente, do desenvolvimento de uma perspectiva camponesa de desenvolvimento rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo brasileiro foi controlado, historicamente, por grupos que expropriaram as comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, tanto material como simbolicamente. O latifúndio e a monocultura, juntamente com o trabalho escravo, estabeleceram a linha pela qual o projeto de campo no país foi construído. Após meados do século XX, assim como em outras partes do mundo, houve um processo de transformação das técnicas e relações sociais/de trabalho no campo. Estas mudanças foram guiadas pela Revolução Verde, que “modernizou” a agricultura. Esta modernização, contudo, impulsionou a maior parte da população do campo para as cidades e impactou negativamente o meio ambiente em várias partes do país. A partir da década de 1990 a base consolidada por este modelo, com a inserção de novas tecnologias e relações de trabalho em um contexto neoliberal, foi transmutada na concepção de Agronegócio.

As transformações ocorridas no campo brasileiro foram acompanhadas, apoiadas e instrumentalizadas, via de regra, por um sistema educacional voltado para fortalecer a inserção do capitalismo nas áreas rurais do país. Como ressalta Souza (2009, p. 66), a educação cumpriu função estratégica para o avanço capitalista sobre no campo.

[...] a tarefa de ensinar o povo para que aceite “educadamente” a função que tem a desempenhar no âmbito da sociedade capitalista. A educação rural de forma geral e, especificamente, os programas educacionais de formação técnica, social do homem do campo assumiram uma postura de apoio incondicional à manutenção da estrutura agrária brasileira. (SOUZA, 2009, p. 66).

A educação, portanto, não foi pautada pela construção de um campo baseado na história e cultura camponesas. Impulsionou, a partir do descaso com infraestrutura e com



**I CONGRESSO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG**
14 a 16 de outubro de 2014
Local: Câmpus – Pirenópolis



práticas de ensino urbanizantes, as populações rurais para as cidades. Esta postura foi hegemônica no direcionamento da educação nas áreas rurais. Somente a partir de meados da década de 1990, que esta perspectiva passou a ter um contraponto ideologicamente sólido e propositivo.

Este contraponto foi estabelecido no âmbito dos movimentos sociais no campo que, além da luta pela terra passaram a demandar mudanças também na educação existente nas escolas rurais. As propostas foram pautadas na construção de uma Educação que não fosse somente localizada *NO* campo, mas que também fosse construída a partir *DO* campo e das demandas camponesas.

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento [...] (CALDART, 2009, p. 38).

No entanto, um grande desafio na construção de tal projeto, no contexto de domínio do poder político e ideológico da perspectiva urbanizante de educação, tem sido o diálogo transformador cotidiano nas escolas básicas no campo. Como alterar um Currículo Escolar engessado e cartesiano para uma lógica camponesa dialética? De que forma construir um Calendário Escolar que esteja conectado com a realidade e as demandas camponesas locais e regionais? Em que sentido podemos contribuir com a mudança nas práticas escolares levadas a cabo nas escolas situadas no campo?

Além da discussão prática na formação de professores ligados à perspectiva das escolas do campo, estas são outras questões que temos buscado analisar e discutir de forma participativa com professores, funcionários, estudantes e comunidade da Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, inserida no Subprojeto de Geografia do PIBID da Universidade Estadual de Goiás/Câmpus de Goiás, situada no município de Goiás/GO.

Pirenópolis – Goiás – Brasil

14 a 16 de outubro de 2014

O município de Goiás teve como base estrutural no campo o latifúndio, especialmente focado na produção pecuária de corte. A partir de meados da década de 1980, contudo, a partir da luta pela terra camponesa, foram criados 23 Assentamentos Rurais, com mais de 700 famílias assentadas. Esta nova configuração no campo gerou também novas demandas relacionadas à educação.

Embora tenham ocorrido algumas mudanças, como a criação de quatro escolas polo, a situação da educação nas áreas rurais do município não foi alterada significativamente. A infraestrutura física e pedagógica é precária, o transporte irregular e precarizado, o calendário distante da realidade cotidiana local, o conteúdo e currículo desconectados do contexto regional e as práticas escolares distantes dos pressupostos da Educação do Campo. Na Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, espaço de atuação do Subprojeto de Geografia PIBID, a situação é semelhante à realidade geral do município. A discussão aqui apresentada e as ações formativas desenvolvidas ocorreram no contexto desta escola e desta comunidade, mas entendemos que servem também para pensar outras escolas no campo.

Para pensarmos o calendário e o currículo escolares, em um contexto de educação no campo, é essencial entendermos a realidade local e regional. A Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, está situada a 43 km da sede do município de Goiás e inserida entre os Assentamentos São Carlos, Buriti Queimado e União dos Buritis. A conquista da própria escola é fruto das demandas apresentadas pelos movimentos sociais. Daí a importância de pensarmos todo o processo educacional a partir da realidade camponesa e, mais especificamente, de um campesinato que lutou pela terra e luta para permanecer nela.

A vida no campo e suas particularidades não seguem a mesma lógica da vida urbana, que consiste numa padronização do modo de vida e conseqüentemente, uma padronização do tempo. A vida urbana começa pela manhã, logo após o nascer do sol, tem uma pausa ao meio dia, retornando após o almoço e se encerrando às 18 horas. Essa lógica urbana não se enquadra na vida levada no campo.

Pensando a educação situada e voltada para uma realidade alheia a da vida urbana, é necessária (e está previsto na legislação) a adequação das escolas às realidades locais onde estas se encontram. Tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (1996), em seu artigo primeiro, paragrafo segundo: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Sendo assim, a escola do campo deveria se adaptar ou vincular-se com o trabalho e as práticas sociais do campo. Além dessa prerrogativa, a LDB (1996) dispõe:



**I CONGRESSO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG**
14 a 16 de outubro de 2014
Local: Câmpus – Pirenópolis



Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, 1996).

Assim, considerando as peculiaridades locais, as escolas do campo, particularmente as situadas no município de Goiás, deveriam considerar as relações de trabalho estabelecidas no campo para, então, organizar seu Currículo e Calendário Escolar. Relações estas que, na região em destaque, baseiam-se na agricultura e, principalmente, na produção de leite. Isto, somado ao calendário sazonal da região, nos demanda uma reflexão sobre o Calendário Escolar para os alunos da escola em discussão. É importante a atenção especial às características do manejo com o gado leiteiro que, em determinadas épocas do ano, necessita de um número maior de trabalhadores e horas de trabalho, envolvendo recorrentemente os jovens em idade escolar. Outro fator importante é representado pelos dias que antecedem as feiras, pois é necessária uma dedicação maior de toda a família.

Em resumo, o que demanda uma reflexão sobre o calendário escolar é o fato das crianças camponesas ajudarem no trabalho – em partes ou até mesmo em todo o processo – em casa, na propriedade ou parcela, ou até mesmo nas fazendas onde sua família tem vínculo empregatício. A participação da família no trabalho do campo é uma característica da identidade territorial camponesa em Goiás. Estes elementos, envoltos no contexto cultural/do trabalho, devem ser inseridos na reflexão da educação do campo.

Dentre os elementos que compõem a identidade territorial camponesa no Estado de Goiás, destacam-se: as relações de cooperação; o mutirão e as reuniões festivas; a participação, em sua maioria simbólica, das crianças nas atividades agrícolas, e a ampla participação da mulher nas atividades da propriedade. (SOUZA, 2011, p. 31)

Pirenópolis – Goiás – Brasil

14 a 16 de outubro de 2014

Outro fator que devemos levar em consideração quando se pensa um novo modo de se organizar um Calendário Escolar é o transporte. Pois, as condições climáticas (época das águas e da estiagem) acabam proporcionando dificuldades de acesso às escolas situadas no campo. Afinal, as estradas que ligam as residências dos alunos à escola, são em sua grande maioria estradas de chão batido, que em época de chuvas, surgem atoleiros e erosões, e, quando em estradas pavimentadas, as rodovias sofrem com buracos, sendo que no Estado de Goiás tais problemas são parte do cotidiano escolar. É inviabilizado o transporte escolar em determinados períodos de chuva, causando com isso e por outros motivos, uma rotatividade de professores nas escolas do campo. Isso torna o transporte escolar, de professores e alunos, um fator a se atentar no que diz respeito repensar um novo modelo de calendário.

[...] Estaria a rotatividade dos professores relacionada a precariedade das condições de trabalho, [...] a falta de manutenção do transporte e das estradas resultando em um alto tempo de deslocamento, o pagamento de baixos salários [...] (COSTA; SANT'ANNA, 2014, p. 110-111)

Portanto, as escolas situadas no campo e, especificamente, a Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, não dispõe de um calendário escolar adequado à realidade camponesa e, por isso, não é passível de contribuir com a consolidação de um projeto de campo mais justo. Este diálogo tem sido feito no âmbito das atividades desenvolvidas no PIBID/Subprojeto Geografia/UEG/Goiás.

O currículo escolar na escola do campo é direcionado, assim como na cidade, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que, de maneira geral, são desenvolvidos e elaborados de “cima para baixo”. Não levam em consideração as peculiaridades de cada região – em particular a do campo – em sua elaboração. Este deveria ser pensado de maneira inversa, de “baixo para cima”. Nesse sentido, Souza (2011) ressalta que

A matriz curricular é também uma expressão de competências e habilidades para atingir determinados objetivos de ensino, esses estão intimamente ligados a sociedade que queremos e que formação será importante para os sujeitos que comporão essa sociedade. Nesse contexto, uma reflexão realizada de cima para baixo não atende a esses preceitos tão importantes para o papel da escola atual. (SOUZA, 2011, p. 244)

Vale ressaltar que os currículos não são munidos de neutralidade, são carregados de ideologias, políticas, que de maneira geral correspondem aos anseios de uma minoria da sociedade que detém os meios de produção e conseqüentemente estão inseridos na esfera pública. Concordamos com Gutiérrez (1988) quando diz que “[...] desde os professores até o



**I CONGRESSO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG**
14 a 16 de outubro de 2014
Local: Câmpus – Pirenópolis



desenvolvimento curricular, desde a seleção de livros de texto até as metodologias utilizadas, toda a prática pedagógica, enfim, está impregnada e saturada da ideologia dominante”.

Assim o pensar o currículo de baixo para cima, nos obriga a reverter uma situação predominante nas escolas no campo do município de Goiás. A simples transposição da escola urbana nas escolas situada no campo não permite um processo de aprendizagem conectado com a realidade concreta. Costa e Sant’Anna (2014) ressaltam que,

No caso das escolas localizadas no campo, ainda é muito comum, que o ensino seja operado na perspectiva da transposição didática, isto é, a partir da proposta desenvolvida nas escolas urbanas seja na imposição de conteúdos, seja na imposição de metodologias. O modelo conteudista adotado, pouco contribui para a transformação da realidade campesina, pois os aspectos abordados não estão relacionados com o espaço de vivência dos alunos. (COSTA; SANT’ANNA, 2014, p. 121-122)

Sendo assim, pensar uma escola do campo que valorize o cotidiano camponês, nos remete a repensar a estrutura curricular que guia a proposição de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. É essencial, nesse contexto, propor um novo modelo de calendário e um novo plano curricular voltado para os interesses e anseios dos sujeitos do campo, situando-os como seres ativos na construção do conhecimento.

Nesse contexto, em que tanto o currículo como o calendário, em larga proporção, estão desconectados da realidade vivenciada pelos alunos, as metodologias e práticas de ensino utilizadas pela Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, que temos acompanhado pelo PIBID, buscam suprir as carências em termos de apresentação dos conteúdos com aulas de campo, seminários, produção de textos, pesquisas, palestras, atividades de grupo, entre outras. A *Folkolimpya*, a *Ecodrilha*, o desenvolvimento prático de horta agroecológicas, entre outras ações contribuem no processo cotidiano de ensino. Estas atividades, especificamente, têm contribuído sobremaneira com o processo de ensino-aprendizagem de Geografia, que temos acompanhado mais de perto, mas também das demais disciplinas. Esperamos, com as atividades do PIBID aprender, mas, também, contribuir com um processo de transformação.

Pirenópolis – Goiás – Brasil

14 a 16 de outubro de 2014

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no campo foi, pelo menos desde a década de 1960, pautada pelos parâmetros de avanço capitalista. Esta lógica influencia tanto na estruturação curricular, com carga política e ideológica, como na solidificação de um calendário urbanamente pensado, que não atende as demandas da população camponesa, influenciando assim, também as práticas de ensino. Esta é a realidade encontrada, a partir da experiência do PIBID, na Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, no município de Goiás. Entendemos que, neste sentido, é essencial refletirmos e contribuirmos com o processo de transformação desta estrutura, que engessa o ensino e impede os estudantes de participarem de um processo de ensino que leve em conta sua histórica de vida e a realidade social, política, econômica, cultura e ambiental na qual vive e convive.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) ao apoio fornecido ao desenvolvimento das atividades que geraram a reflexão aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise do percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1. Rio de Janeiro, mar./jun. de 2009. p. 35-64.

COSTA, A. A.; SANT'ANNA, T. F. Por uma formação continuada na educação do campo: grupos de trabalho como estratégia para operação de saberes docentes. In: COSTA, A. A.; SOUZA, F. E.; SOUZA, M. M. O. (Orgs.) **Educação do campo**: descobrindo o futuro perto de casa. Goiânia: Vieira, 2014. p. 101-124.

GUTIERREZ, F. **A educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

SOUZA, F. E. O papel das escolas do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no estado de Goiás. In: Souza, Francilane Eulália (Org.). **Geografia e educação do campo**: para que e para quem serve a educação no campo do Estado de Goiás? Goiânia: Vieira, 2010. 179 p. p. 11-32.

SOUZA, M. M. O. A educação popular no campo: entre o saber camponês e o conhecimento científico. **Revista Educação Popular**, Uberlândia/MG, v. 8, p. 64-75, jan./dez. de 2009.